

**CLASSES MÉDIAS NO CAPITALISMO BRASILEIRO PÓS-CRISE DE 1970:
PROBLEMAS, CONCEITOS E UMA HIPÓTESE A PARTIR DO MARXISMO****MIDDLE CLASSES IN BRAZILIAN CAPITALISM POST-CRISIS OF 1970:
PROBLEMS, CONCEPTS AND A HYPOTHESIS BASED ON MARXISM**

*Glauber Franco de Oliveira*¹

Resumo: No debate de classe social e trabalho, a classe média é polêmica e pouco estudada, sobretudo no marxismo. No Brasil, surgem novos problemas que atravessam sua conceituação e modo de ser no pós-crise de 1970 e seu concatenamento com a crise de 2008, especialmente quando no segundo governo do Lula existe um esforço real para criar uma “nova classe média”. A partir desta crise, entende-se que emergiu a necessidade de discutir alguns conceitos no capitalismo contemporâneo, por exemplo, do *trabalho manual* (e não-manual) e *intelectual*, e as esferas do circuito do capital, da *produção* e *distribuição*. Por causa disso, aliado às *Jornadas de Junho de 2013*, essa classe se torna um objeto de pesquisa aglutinador. Assim, apresenta-se uma hipótese de classes médias a partir do debate marxista — aliado a outras teorias importantes. Na hipótese, o *quem* (*branco e negro*) e o *como* (*desigualdade racial*) se articulam aos conceitos de *identidade*, *classe* e *contradição* para a definição das classes médias. O estudo bibliográfico aponta que o atual debate das classes médias é divergente e está no meio de muitos conceitos e problemas não resolvidos.

Palavras-chave: Classes médias; Classes sociais; Capitalismo brasileiro.

Abstract: In the debate on social class and work, the middle class is controversial and there is little study about it, especially in Marxism. In Brazil, new problems arise that cross its conceptualization and way of being in the post-1970 crisis and its concatenation with the 2008 crisis, especially when during in Lula's second government there is a real effort to create a "new middle class". From this crisis, it is understood that the need emerged to discuss some concepts in contemporary capitalism, for example, of *manual* (and *non-manual*) and *intellectual work*, and the spheres of the capital circuit, of *production* and *distribution*. Because of this, combined with the *June 2013 Journeys*, this class becomes a unifying research object. Thus, a hypothesis of middle classes is presented from the Marxist debate — and other important theories. In the hypothesis, the *who* (the *white/black*) and the *how* (*racial inequality*) are articulated to the concepts of *identity*, *class*, and *contradiction* for the definition of the middle classes. The bibliographical study points out that the current debate of the middle classes is divergent and is in the middle of many unresolved concepts and problems.

Keywords: Middle classes; Social classes; Brazilian capitalism.

Classificação JEL: Z13

¹ Mestrando bolsista FAPEAL em Filosofia no PPGFIL-UFAL. Bacharel em Serviço Social pela UFMT. Vice-coordenador do Projeto de Extensão "Entendendo a crise brasileira atual". ORCID: 0000-0003-4748-3364. E-mail: glaubereb@outlook.com.

1 Introdução

No Brasil posterior às *Jornadas de Junho de 2013*², é possível assistir a emergência mais aparente de grupos taxados polemicamente de classes médias que iriam às ruas mobilizadas e em protesto, sobretudo quando vêm sendo motivadas institucionalmente desde o segundo governo de Lula, do Partido dos Trabalhadores. Nesse bloco histórico que se abre nestas *Jornadas*, esta classe permanece como uma questão importante na mesma intensidade que são pouco estudadas com âncora estrutural e histórica. Não distante, que pessoa não ouviu tal taxaço e não soube explicar que classe é essa? Seu debate apresenta um cenário teórico divergente, especialmente em termos de método de pesquisa e de interpretações sobre seus projetos políticos quando se trata das classes sociais em geral e da burguesia e proletariado em particular — remetendo-se especialmente ao marxismo. Além disso, no cotidiano das classes é comum grupos se identificarem com esse tal imaginário médio a partir de simples acordos subjetivos, autoperceptivos e autoconstruídos, tão como por critérios abstratos de renda, poder e cultura.

A discussão é bem demarcada quando a partir de 2008 o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), adota medidas contra a vinda das crises capitalistas que se arrastavam desde o século XX. Estimulando o mercado interno, em especial o mercado eletrodoméstico e automobilístico, Lula reafirma as teses de Marcelo Neri, com destaque à sua pesquisa na FGV/CPS intitulada “Nova Classe Média no Campo” (2012). O presidente, junto a este pesquisador e sua tradição teórico-política, tinha o objetivo em especial de criar uma imagem do seu governo de criador de uma nova classe média no Brasil. Esse esforço político se aliava à tendência mundial e “civilizacional” do surgimento destas classes que superasse a “má visão” da sociedade entre os que trabalham e os que não trabalham.

Mas, mais explícito que isso para a questão das classes médias, temos um cenário peculiar no Brasil, a qual se toma um caso real para explicar em miniatura aquilo pode nos aparecer como geral e teórico. Quando é possível ler nas capas de jornais que desembargadores, brancos, de famílias tradicionalmente ricas e que recebem seus mais de 20 salários mínimos do Estado capitalista negam o *habeas corpus* de uma mulher, desempregada, de 41 anos e mãe de cinco filhos por roubar comida (G1-SP, 2021), dizer que ambos, os desembargadores e a mulher desempregada, são da classe trabalhadora e assalariados não é suficiente. Sobretudo quando se trata de os identificar, compreender e estudar socialmente na atual realidade capitalista, bem como suas expressões, representações e problemas que tanto explicam a formação das classes sociais no Brasil e a profundidade de nossa crise. Isto é, esse cenário permite perguntar: quais as desigualdades, hierarquias, contradições, oposições, diferenças e identidades entre ambos? Seus salários, poder, raça, família (por exemplo, em termos de herança, capital cultural e poder) e trabalhos técnicos que ocupam, não constituem diferenças de classe?

A conjuntura que coloca esses problemas não é de hoje. Para Antunes (2018), o Brasil é afetado pelos rebatimentos da crise do capital de 2007-2008 dos *subprimes* do mercado habitacional norte-estadunidense e com o movimento de precarização mundial do trabalho que se desenhava desde a reestruturação produtiva na década de 1970. O autor entende que essas mudanças de 1970 são voltadas “[...] ao desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado, sedimentado em privatizações, superávit primário e desregulamentação dos capitais, tendo, portanto, os interesses do grande capital como prioritários [...]” (ANTUNES, 2018, p. 275).

² As mobilizações sociais de rua entre 2013 e 2015 podem ser evidenciadas em três momentos distintos (mas que não se encerram nestes): as mobilizações de junho de 2013; as mobilizações da Copa do Mundo de 2014; e, por último, as mobilizações de 2015 pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – que se efetivaria em 2016 e se arrastaria pelos anos seguintes com Temer e Bolsonaro.

Para Harvey (1992), essa reestruturação produtiva da década de 1970 é de certa maneira em resposta ao modelo fordista-keynesiano, um modelo que necessita de uma estrutura industrial pesada, é gerido por produção e consumo de massa e que precisa cada vez mais de intervenções do Estado capitalista e de grandes aportes do Fundo Público, tal como para os direitos trabalhistas. Esta reestruturação vem em resposta à lentidão na realização do capital, às exigências cada vez maiores de capitais e à inflação alta devido à produção em massa de fundos financeiros.

Para o autor, é criado o *modelo de acumulação flexível* como uma alternativa histórica de renovação para o “controle anticíclico” da crise estrutural do capital. Assim se configura o marco das mudanças da crise de 1970. O *modelo* entra em confronto direto com a rigidez do fordismo, flexibilizando os processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e do consumo. Caracteriza-se pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140).

E isso acontece de tal modo que todo esse ambiente de crise econômica é articulado a um ambiente de crise social e política no Brasil. E que direcionam, pois, o estudo das classes médias não como *simples* conclusões da ciência política burguesa dominante, que se limitam a noções epistemológicas que conservam a sociabilidade contra uma crítica radical, oscilando entre o solipsismo e a hiperespecialização do conhecimento. Tal como o neoliberalismo, em que, não tendo sucesso economicamente, vem operar ideologicamente mais uma crise capitalista, desta vez em sua transição para a hegemonia financeira, mistificando as formas contemporâneas da exploração e dominação como um mito, tal como a classe e a raça.

Singer (2013) acompanha as *Jornadas de Junho de 2013*, eclodidas por conta de anos de organização de base dos movimentos sociais urbanos, tal como o MPL³. Ele distingue as *Jornadas* basicamente em três momentos, dos quais o último tem mais pulsante em si *coros médios*, como o de “*Fora, Dilma!*”, gritos “sem partidos políticos” e a estetização da “camisa verde-amarela” da seleção brasileira de futebol. Esse terceiro momento tem um desencadeamento que toma proporções e reivindicações diferentes. Acontece a cooptação nada pacífica das mobilizações por organizações ligadas aos interesses *ultraliberais* do capital. Cavalcante (2020a) afirma que quando as pautas de “direito à cidade” e de “reformismo forte” atingem as pequenas e médias cidades além das grandes metrópoles perde sua intensidade, mobilizando “assalariados não manuais, profissionais liberais, autônomos de alta qualificação e pequenos proprietários; enfim, classe média e pequena burguesia” (CAVALCANTE, 2020a, p. 124). Estes sujeitos que vão se agregando em movimento nacional vão redirecionando as pautas contra o Estado que investe nos direitos aos mais pobres e contra os impostos e as ameaças as suas pequenas propriedades e renda.

Os protestos anti-Estado, contra as políticas sociais aos mais pobres (tal como o Bolsa Família) e em defesa da propriedade se arrastam pelo Brasil com feições de classe média nesse terceiro momento em diante. Toda essa cooptação seria bravata para a *nova direita conservadora*, que propalaria a ideia de uma “revolução conservadora”⁴. Durante todos os processos de mobilizações, quanto mais sujeitos e classes iam se integrando às mobilizações, mais heterogêneas e contraditórias as pautas se encareciam.

³ O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social urbano pelo direito à cidade, especialmente a partir de lutas atreladas à tarifa de ônibus. É organizado de maneira autônoma, apartidária, horizontal, intransigente e descentralizada. Tem caráter democrático e anticapitalista. Age fortemente por táticas de mobilização nas redes sociais.

⁴ Esta ideia foi eficientemente difundida pelo falecido ideólogo Olavo de Carvalho (1947-2022). Ele seria um forte proponente e disseminador da nova direita e do neoconservadorismo no Brasil, emergidos intensamente em tempos ultraliberais da crise pós-2008.

De todas suas irritações, as classes médias estavam sendo desfavorecidas com as políticas neodesenvolvimentistas dos governos petistas na quebra de expectativas profissionais, com tributos diretos em seus rendimentos e o aumento de despesas vindas da depreciação dos serviços públicos. Para Alves (2013), o neodesenvolvimentismo petista basicamente pode ser caracterizado como uma resposta à crise da hegemonia neoliberal e financeira. Mas que se esgotou em suas estratégias, sobretudo a de conciliação de classes. O estopim foi quando a então presidenta Dilma Rousseff radicaliza a política com a redução da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e a depreciação cambial. Ela usa estrategicamente dos bancos públicos para forçar a diminuição da taxa de juros, executando políticas de defesa do câmbio e políticas de industrialização com o pré-sal do petróleo brasileiro, com infraestrutura e com as empresas estatais para defender a economia interna frente à crise e o arranque neoliberal. Ações que perturbam as classes médias.

Para se ter um aspecto panorâmico de metodologias que quantificam as classes médias no contexto de crise no século XXI no Brasil, para Quadros (2021)⁵ existe um ciclo de crescimento em 2004 que tem sua reversão em 2014, em que se configuram até 2015 uma “Alta Classe Média” compondo 9,1% de 203,2 milhões em 2014, totalizando 18,5 milhões; e uma “Média Classe Média”, no mesmo período, compondo 14,8% e 30,2 milhões. Partindo de uma análise pouco diferente, para Cardoso e Prêteceille (2017)⁶, em “2014 sua participação (das classes médias) na estrutura de classes era de 27,1%, depois de um crescimento de 15,6% no curso dos treze anos cobertos por nossa investigação (2002-2014)” (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017, pp. 1008). Todo esse panorama se complexifica em diferentes clivagens.

Mas, diante do que se vê tão difundido socialmente, sobretudo pelos meios de comunicação baseados na ciência da economia burguesa, o que são esses grupos e sua taxação na atualidade? É uma mera abstração, pouco concreta? São classes especificamente capitalistas ou a reprodução capitalista de relações de classe não-capitalistas? Como se inserem nesse modo de produção e reprodução capitalista, em seus termos identitários, funcionais, ideológicos, da propriedade, do Estado, das formas de enfrentamento, da divisão técnica do trabalho, entre outros modos de inserção? De onde surgiram historicamente, nos limites da formação social como também nos limites do capitalismo no Brasil? São transitórias ou regulares? Isto é, as classes médias são classes de regimes e modelos políticos e econômicos no Brasil que surgem, cumprem com sua função *especificamente histórica* e que tendem a desaparecer na proletarização ou aburguesamento social?

Diante desse panorama todo, é preciso dizer que não existe a intenção de esgotar o tema, mas sim o objetivo de trazer subsídios e colocar em debate à comunidade interessada um conjunto de categorias, conceitos e problemas em um contexto particular. Por exemplo, por conta do espaço, deixa-se de discutir os fundamentos da questão do gênero sexual no problema das classes médias, apenas

⁵ O autor “[...] analisa tanto a estrutura ocupacional quanto uma estratificação social do que chama de padrões de vida. O autor utiliza a estrutura ocupacional como aproximação operacional das classes sociais. Como critérios para construção das classes, distingue empregadores de não-empregadores, trabalhadores assalariados de não-remunerados e autônomos e trabalhadores urbanos de rurais. Entre os trabalhadores, segue a tradição de Wright Mills, distinguindo aqueles de “colarinho branco” (MATTOS, 2019, pp. 17).

⁶ Os autores têm base em uma “definição centrada na ocupação, que permite identificar as posições sociais intermediárias que não são nem as posições econômica e hierarquicamente dominantes das classes superiores, nem as posições de execução dominadas das classes populares. Demos trato empírico a essa definição, por meio da adaptação ao caso brasileiro das categorias socioprofissionais francesas, categorização bastante detalhada para as classes médias, o que permitiu ao mesmo tempo apreender melhor seus diferentes componentes e traçar com maior precisão os limites entre elas e as categorias superiores e populares” (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017, pp. 1007-1008).

passando rapidamente a partir de Maia (2021), mas que se considera igualmente necessário ao de classe e raça. E que de maneira propositiva apresente uma hipótese a ser questionada e pesquisada.

2 Possibilidade teórica marxista em sua ortodoxia ontológica

Antes de adentrar ao complexo contexto do pós-crise de 1970 e suas diversas categorias, conceitos e problemas, é importante traçar alguns elementos teóricos-metodológicos e fundamentais para recortar melhor o debate.

A partir da *possibilidade teórica* marxista e sua ortodoxia ontológica as classes sociais podem ser definidas por meio da *categoria trabalho* como *fundante do ser social* e pela crítica à economia política. Isto é, parte-se da noção de que as classes sociais sempre carregam o *ser* no que diz respeito a estruturação da cadeia de valorização do capital e sua resistência (invenção) a isso. No caso, sua estruturação alienada.

A classe trabalhadora em geral no modo de produção especificamente capitalista é e *deve ser* necessariamente separada dos seus meios de vida social pela burguesia, livre para vender sua força de trabalho no mercado. Ou seja, nesse processo o capital inclui em si o trabalho como momento (como capital variável) e o exclui como totalidade potencial (como revolução social). O trabalho é excluído como possibilidade da própria substância do valor (trabalho vivo) se tornar sujeito total.

Nisto, por mais que seja contingente, a luta de classes tem a hegemonia da classe burguesa, que tem o monopólio da aplicação da violência conservadora do sistema para a separação das classes trabalhadoras dos seus meios de vida. Ainda mais no contexto do pós-crise de 1970, em que se acumula muitas vitórias contra os trabalhadores. Assim, configura-se entre o *necessário* e o *contingente* a luta de classes, conservando a separação dos meios de produção estruturalmente.

Por causa disso, a priori, a classe trabalhadora no capitalismo é apenas detentora da sua força de trabalho, obrigada a vendê-la por capital no mercado ou definir em seu usufruto pessoal — mesmo que com resistências e organizações coletivas contrárias à sua conformação⁷.

Ela tende a se reproduzir em uma consciência alienada da compreensão de si própria, da natureza e da realidade social, já que não é proprietária efetiva dos meios de produção. Tende a não se ver como produtora da sua história e de si, guiada pela classe dominante. É despolitizada dos seus fundamentos objetivos e do seu significado econômico e político, já que negocia *politicamente* algo *econômico* que é obrigada a vender, sua força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

Assim, a heterogeneidade de trabalhadores é organizada em uma classe social, que é alienada, mas que mantém a sua contingência existencial. Isto é, a existência dos trabalhadores é ontológica, em disputa na história e pode alçar um outro nível de novas contradições (LESSA, 2007). Por exemplo quando o *trabalho* é excluído como possibilidade da *própria substância do valor (trabalho vivo)* se tornar *sujeito total*, isso se dá ontologicamente, não apenas dentro das categorias do capital *in abstract*, sem carregar antropologicamente o *ser*.

Mas, é preciso especificar estas afirmações que são de uma tradição específica. Para Lessa (2007), da tradição lukácsiana, o proletariado seria o único sujeito portador da revolução social, aquele que teria apenas seus grilhões a perder ao se movimentar dentro das regras capitalistas, ontologicamente distinto de todas as outras classes por ser o produtor direto de todo conteúdo material da riqueza social ao operar o intercâmbio Homem-Natureza, no caso, pela regência do capital. Por exemplo, as classes médias possivelmente são expulsas dessa noção. Esta seria uma versão da *possibilidade teórica* marxista em sua ortodoxia ontológica.

⁷ A subsunção das formas de existência ao capital sempre foi até o momento incompleta e desigual entre as populações das classes trabalhadoras, mesmo diante da poderosa mundialização do capital vinda a partir da predominância financeira. Por outro lado, no artigo se usa muito da noção de subsunção real e *a priori*.

Dessas classes fundamentais, por um lado tem a burguesia, que detém os meios de produção e se reproduz na *exploração* do trabalho do *outro*, na produção de *mais-valia* e sua usurpação, que é o excedente produtivo não pago ao seu produtor e sua apropriação privada a partir de meios violentos. Por outro lado, e antagonicamente, tem o proletariado, mero possuidor da sua força de trabalho, produtor de toda riqueza social, única classe social que não vive do trabalho alheio e detentora da utopia e da violência revolucionária. São classes radicalmente opostas e antagônicas, mas interativas, pares dialéticos de uma mesma unidade, de uma mesma *totalidade social*.

Contudo, nesta luta radical, as classes médias não se apresentam de maneira orgânica no proletariado e nem na burguesia, a não ser por negações, ambiguidades e contradições. Por exemplo, enquanto é possível às classes médias também viverem do trabalho alheio (seja por *compra na esfera secundária* ou por *serviços*) devido ao seu assalariamento superior ou suas pequenas e médias fontes de renda de capital, títulos diversos, herança e poupança de rendas diversas (uma *mais-existência?*), o proletariado não, muitas vezes sendo a soma da existência deste último menor que seu salário (rebaixados a *lumpemproletariado*), mesmo ambas sendo trabalhadoras.

Do mesmo modo que, em relação à sua ambiguidade com a burguesia, as classes médias são detentoras de propriedades e rendimentos, mas não chegam a se emancipar enquanto classe por conta disso, em que possivelmente poderiam se estreitar com o conceito de *pequena burguesia*. Por exemplo, na luta de classes e suas formas de enfrentamento, como podem as classes médias se rebelarem contra a burguesia devido à sua exploração (enquanto classes trabalhadoras), se na descontinuidade disso vivem também do trabalho do proletariado, consumindo sua força de trabalho e tendo acesso privilegiado ao Fundo Público dos trabalhadores? Porém, não é consistente a definição das classes médias pelo argumento do seu pequeno acesso à propriedade e ao consumo elevado se levado *in abstracto*, em que as variações e flutuações históricas de crises do capital poderiam fragilizar a taxação.

Contudo, em outra versão da possibilidade teórica marxista em sua ortodoxia ontológica, estaria a de Gorender (2000), em afirmar que “classe operária é ontologicamente reformista”. Para ele, a classe operária não ultrapassa a fronteira ideológica do reformismo, para quem as lutas mais violentas levaram a conservar seus ganhos nos limites da reforma, não da revolução.

Poderia ser um outro caminho para se pensar a hipótese de que as classes médias, que são tidas como classes trabalhadoras, se conformam ontologicamente sem necessariamente serem orgânicas às classes fundamentais e sujeitos revolucionários. Por exemplo, aqui se pergunta se de fato as classes médias sempre são conformadas pelas contradições das classes fundamentais burguesia e operariado. Talvez podendo, nesse sentido, evitar o falso dilema de ter ou não ter uma consciência e uma ação revolucionária para uma classe em si proletária. Só que, por sua vez, pode cair no mesmo problema com a reforma. É preciso pensar amplamente.

Contra as várias teses da ortodoxia ontológica, Gorender (2000) entende que não há uma tendência a igualação salarial entre os trabalhadores, extrapolando de certo modo a visão marxista, e que até o momento da sua obra é possível observar que “a camada de trabalhadores intelectuais e a de operários manuais qualificados aumentam mais rapidamente do que a de trabalhadores manuais de baixa qualificação, cujo número tende a diminuir” (GORENDER, 2000, p. 168). O que significa uma tendência cada vez mais de sair da noção de proletariado da fábrica fordista.

Ou seja, por um lado a ortodoxia ontológica a partir de uma versão do proletariado como sujeito revolucionário e, por outro lado, uma versão do proletariado como sujeito reformista. Ambas guardando suas possibilidades teóricas marxistas que delimitam e objetivam o debate das classes médias.

3 Alguns conceitos e problemas das classes médias no capitalismo atual

Tendo em vista a *possibilidade teórica* marxista em suas versões ontológicas e o entendimento *a priori* das classes sociais de maneira alienada, contraditória e conformada pelo capitalismo, alguns problemas se tornam centrais para discutir as classes médias na atualidade brasileira, de modo que se apresentam alguns conceitos e categorias marxistas.

A partir de algumas correntes particulares do marxismo é possível encontrar no capitalismo brasileiro do pós-crise de 1970 propostas teóricas que inserem e problematizam classes médias trabalhadoras que *intermediam* na luta de classes as fundamentais e irreconciliáveis: burguesia e proletariado. Posterior à crise de 1970 porque é o marco mais recente de uma reconfiguração significativa do capitalismo, sobretudo no que diz respeito ao seu *regime de acumulação* e sua aplicação da violência, alterando as classes sociais, o trabalho, as lutas e todo conjunto social.

A hipótese de Antunes (2018) para a quadra histórica é que “[...] estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo” (ANTUNES, 2018, p. 50). Para ele, a principal transformação da empresa flexível e mesmo do toyotismo não foi a conversão da ciência em principal força produtiva, mas “sim a imbricação progressiva entre trabalho e ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo” (ANTUNES, 2018, p. 50).

Por exemplo, nos conceitos de *trabalho produtivo* e *improdutivo* é travado o problema de as classes médias serem produtoras ou não de mais-valia. No caso, produtivo e improdutivo diz respeito ao capital, presumido a subsunção real de determinada relação social a suas regras e as diferenças entre o ontológico e o especificamente capitalista. Na criação de um *software* por classes intelectuais de engenheiros, o setor de *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)* é produtivo ao capital, portanto produzindo mais-valia, ou esse caráter é reservado aos seus manipuladores, os trabalhadores que usam dos *softwares* acoplados em seus *hardwares*? E o que acontece com as diferenças entre um engenheiro que produz o *software* para um engenheiro que manipula diretamente um *software* em seu computador? Antunes (2018) está afirmando que tudo isso está em simbiose.

Questões como essas imbricam outras muitas, como nos conceitos de *trabalho material* e *imaterial*, e *trabalho manual* e *intelectual*. Por exemplo, um professor é um trabalhador intelectual e só quando faz exposições e elucubrações teóricas, formando jovens trabalhadores pensantes com a força do seu cérebro e cordas vocais? Como ficam suas lesões por esforços repetidos ao corrigir provas, preparar aulas e manipular lousas escritas ao exercer este que é um trabalho com as mãos, braços e nervos dos olhos? E suas publicações, como se qualifica a publicação de um livro sobre suas elaborações teóricas quando esse livro carrega tanto trabalho imaterial quanto físico ao escrever páginas e páginas? É complexo tudo isso, porque quando um professor produz um livro, ele exerce uma atividade vital, mas, se ele fica horas pensando em seu quarto e não materializa de algum modo com registros de papel e tinta, como isso pode valorizar algo? De todo modo, toda uma economia foi usada para a criação dos seus nervos e cérebro. É certo, pois, seria um proletariado em uma gráfica que produziria seus livros fisicamente. De todo modo, parece que traçar limites entre o que é material e imaterial pelas partes do corpo que usa não parece ser um bom caminho.

O marco no pós-crise de 1970 abre o problema da ampliação ou não da classe trabalhadora a partir dessa crise: há uma tendência à homogeneização do trabalho e da classe trabalhadora ou há uma tendência à diferenciação e decomposição do trabalho e da classe trabalhadora? São necessariamente tendências opostas e excludentes? Não há ora a diferença e ora a homogeneização em ciclos econômicos ou políticos? Em outros termos, como se dá a tendência à proletarianização, tendência à medianização ou tendência ao aburguesamento? As respostas para essas perguntas

podem levar à *ampliação do conceito de trabalhador coletivo* em Marx a um certo ponto de o *burguês* se enquadrar conceitualmente como *trabalhador*. A restrição do conceito de trabalho e trabalhador também pode se restringir apenas ao proletariado, excluindo qualquer outra classe de ser trabalhadora (ou assalariada), tal como o exemplo das classes médias. Só que, é possível igualmente cair em outro extremo do caso em definir as classes por ideologia, taxação limitadora e subjetivista. Em ambos os casos, o da *ampliação* e o da *restrição*, são polêmicos e derivam sistemáticas conclusões.

É nesse sentido que Cavalcante (2009) analisa a crítica de Sérgio Lessa a Nicos Poulantzas. De acordo com Cavalcante (2009) e resumidamente, Poulantzas abrange o conceito de *trabalhador produtivo* e *trabalhador coletivo* em “complemento a Marx”, podendo ser definido pelo político e ideológico além só do econômico. O trabalhador coletivo, no caso, seria aquele que mais perto ou mais longe participa da *produção*.

Sergio Lessa, por sua vez e ainda de acordo com Cavalcante (2009), faz uma defesa dos limites do proletariado frente aos avanços do fetichismo tecnológico que coloca como neutro o desenvolvimento das forças produtivas para a definição de classe. Proletariado para ele é aquele que realiza a produção do conteúdo material da riqueza social na conversão da natureza, existindo *trabalhadores produtivos* que não são proletariados. Nisso, ele já tinha entrado em conflito com uma categoria profissional inteira, dizendo que a profissão de Serviço Social não é *trabalho produtivo* em sua âncora ontológico-revolucionária. Marilda Iamamoto, intelectual desta categoria, contesta sua tese, abrangendo a noção de *trabalhador produtivo* além daquele que converte a natureza em uma noção reduzida quase ao “chão de fábrica”.

Mas tal problema se coloca ainda mais complexamente. O próprio Marx apresentaria esse problema em que grupos sociais teriam duas fontes de renda em um cenário conceitual do qual as “grandes classes” (proprietários fundiários, capitalistas e trabalhadores assalariados) estão definidas por essas fontes (suas rendas). No mesmo problema e difusamente a “relação salarial abrange desde altos executivos da cúpula das empresas até trabalhadores manuais de baixa qualificação” (GORENDER, p. 161). No capitalismo atual isso é mais evidente quando existe um conjunto de “burguesias assalariadas” que retiram seus rendimentos por altos salários, ao mesmo tempo que é possível haver grandes executivos tirando rendas médias.

As “burguesias assalariadas” são os capitalistas que reaparecem como um subconjunto dos trabalhadores assalariados muitas vezes por sua “qualificação” e “competência”. Gorender (2000) chama a atenção para a possibilidade dessas “burguesias assalariadas” estarem ampliando o conceito de burguesia, observando os executivos, técnicos e administradores remunerados com altos salários e que não são necessariamente donos dos meios de produção.

Mas, por outro lado, “[...] se excluirmos os executivos, os quais recebem salários e abonos, que incluem participação nos lucros, e também costumam dispor de significativos ganhos de origem patrimonial, ou seja, só considerando aqueles que de fato vivem unicamente do trabalho, ainda assim a heterogeneidade é muito grande” (GORENDER, 2000, p. 161). Isto é, o poder, a renda, a riqueza e outros estão interagindo complexamente para a definição de classes sociais. Classes médias assalariadas facilmente se confundiriam aí se não fosse levado em conta o *nível de assalariamento* e outros modos de inserção social para sua distinção com a burguesia.

Só que, compondo essa essencialidade capitalista, em todo esse debate de trabalho, salário e inserção produtiva, a raça é um modo de ser indispensável, especialmente no Brasil. Por exemplo, como se racializam as classes sociais no trabalho manual e não-manual? Como se racializa o trabalho coletivo e suas distinções salariais e políticas? É mera relação e diferença, ou contradição? Como raça e racismo se unem nesse debate de classe no capitalismo? A alienação se configura como uma importante categoria ontológica da unidade exploração-opressão, sobretudo pela raça.

4 O debate das classes médias é sobre classes sociais e também raças sociais

Além dos problemas das tendências de restrição ou ampliação de algumas noções que o capitalismo pós-crise de 1970 colocam no Brasil para as classes médias, elas não só se diferenciam nas abrangentes, complexas e interativas classes sociais (especialmente em seu fundamento econômico), mas em unidade diversa com a *raça social* e em outros *modos de ser*. Ou seja, ao serem definidas as classes burguesas, proletárias e a intermediação do problema das classes médias nos conceitos marxistas de trabalhador coletivo, trabalho produtivo e improdutivo e a hierarquização do trabalho intelectual e não-manual em toda complexidade ideológica, a raça é determinação fundamental e constitutiva no Brasil que atravessam todos esses conceitos, categorias e problemas.

A raça (especialmente a negra) é o marcador social de desumanização, exploração econômica e opressão política de grande liga histórica que traz à tona o racismo estrutural no Brasil. Em que, mesmo que seja contingente em diferentes situações, ela carrega determinações e práticas absolutas.

A principal característica que é preciso trazer é que a raça social, possibilitada historicamente pelo escravismo e pela escravidão profunda de mais de quatro séculos (se for contado apenas o marco da abolição legal-formal) de guerras, capturas e tráfico de africanos ao Brasil, é descontinuação desse período e cria o racismo anti-negro no capitalismo. Foram guerras com diversas regiões e povoados do continente africano, “aglutinados” e “processados” em instituições escravistas mercantis interligadas em vastos territórios colonizados, entre África, Europa e América, com guerra e escravização na Senegâmbia, Angola, Congo, Costa da Mina, Benin, entre outras.

No capitalismo, esse racismo anti-negro é a justificação política e ideológica que marca fenótipos, culturas, pensamentos, práticas econômicas e organizacionais, entre outros marcadores na criação e reprodução de uma raça em âmbito social e nacional para a extração da mais-valia. Uma das formas é a usurpação dos seus conhecimentos para eficiência econômica. Em suas diversas determinações e situações é o *outro do outro*: se existe o trabalhador branco, existe o trabalhador negro do branco; se o trabalhador branco é reserva, o trabalhador negro é reserva da reserva. Isso porque o trabalhador é sempre o *outro* da burguesia.

Para Almeida (2019), interpenetrado com o racismo individual e institucional, o racismo é estrutural, “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2019, p. 33). É predicação de uma sociedade que apresenta como regra e não exceção à possibilidade de discriminação sistemática a partir da raça. Mas é ao mesmo tempo exclusão por extermínio e integração subalterna por exploração e cálculo econômico. É a categoria que coexiste ao modo de ser classista para extrair a mais-valia da raça social negra por diversos processos violentos. “O caráter estrutural do racismo significa que ele não se trata de um fenômeno isolado, autônomo, autodeterminado, mas articulado estruturalmente à totalidade social, à esfera econômica, política, cultural etc.” (MONTAÑO, 2021, p. 80). Mas aqui se coloca um ponto importante, não é possível ignorar o debate em torno do racismo se ele é ou não estrutural ao passo de compor uma universalidade contraditória desde a estrutura econômica. Existe todo um debate de a raça ser ou não uma particularidade da classe em que quando um negro se classifica ele é proletário, ou quando a raça é critério de rebaixamento salarial, que é possível apenas de se apontar aqui.

Ressaltar isso é especialmente importante para se distanciar das teorias que classificam somente a partir da abstração pelo nível de renda, estando as classes médias entre os estratos de renda B e C como concluiria os estudos de Marcelo Neri (2011), que proporia uma “nova classe média” para o Brasil. Mas é preciso reparar, não é a intenção negar estas teorias totalmente, e sim as complexificar, enriquecer, mostrar seus limites e as articular com outras determinantes sociais e fundamentais.

É preciso acompanhar que as classes médias se diferenciam, pois, em unidade diversa com o *modo de ser ideológico* (processos na consciência de representação ideal das relações sociais, produtivas e materiais que cumprem uma função social em cada período histórico), *racial* (branco e negro), *sócio-técnico* (divisão histórica do trabalho segundo seu tipo, tal como manual e não-manual) e *territorial* (evidenciando o racismo ambiental nos espaços urbanos).

5 Identidade/diferença e igualdade/desigualdade no debate das classes médias

A relação de classe e raça é uma discussão polêmica no Brasil, ainda mais no que diz respeito às classes médias. Isso porque não é possível fazer o debate das classes médias sem a relação de unidade de classe e raça que não caia em um erro comum no marxismo: a sobreposição da raça pela classe como mais importante e primordial. O desenvolvimento teórico acerca da identidade/diferença e igualdade/desigualdade são elucidativos para evitar muitos vieses, que, no entanto, também não se limitam somente a classe e raça.

Como pode nos fundamentar Montão (2021), é preciso caracterizar bem para o debate das classes a articulação desses modos de ser no que diz respeito aos pares dialéticos *identidade/diferença* e *igualdade/desigualdade*, tão como *o que são e como se inserem* na relação das *lutas anti-exploradoras e anti-opressivas*. Isso porque não só são essencialmente distintos no debate filosófico, político e econômico, como partem de teorias que, a depender da relação conceitual, incorrem em conclusões erradas. Não devem ser mutuamente excludentes *exploração* e *opressão*, mas devem ser vistos separadamente. Ressalta-se isso para evitar taxações políticas quando a análise marxista tem como centralidade a *produção*.

Explica Montão (2021) que a *igualdade* é o par dialético da *desigualdade*, remetendo ao sistema social e sua estrutura. Nisto, a sociedade é estruturalmente igualitária ou desigual, sendo a igualdade e desigualdade mutuamente excludentes entre si. Já a *identidade* é o par dialético da *diferença*, que remete ao individual e grupal. A identidade com *um* indivíduo ou grupo é a diferença com *outro*, são correlatos e complementares. Assim, a “igualdade – que remete à dimensão social – supõe a “diferença” – que remete ao plano individual ou grupal. Isto é, uma sociedade igualitária pressupõe a coexistência, em igualdade de condições, de indivíduos diferentes” (MONTÃO, 2021, p. 270). Então, são pares dialéticos distintos para se definir as classes. Em que é possível afirmar que quando levados isoladamente ou nos termos da crítica ao “identitarismo” “a luta pela “igualdade” (social) é, paradoxalmente, contrária à luta pela “identidade” (individual ou grupal)” (MONTÃO, 2021, p. 273).

É preciso dar essas breves explicações conceituais porque Montão (2021) analisa a partir disso que *classe social não é identidade* e a *exploração* que define a *classe social não é diferença social*, ou uma simples forma de *opressão* – muito embora, de novo, os conceitos sejam articulados. E essas nuances conceituais são importantes para o debate das classes médias.

Classe social não é identidade porque existe a separação radical da *autopercepção*, da *autoimagem subjetiva* e da sua *consciência social* com o *fato social*, com sua *condição objetiva e estrutural*, que devem ser abstraídos para serem unidos concretamente. Por exemplo, não é porque as classes médias não se auto percebem como classe trabalhadora que elas terão ou não terão que vender sua força de trabalho em troca de um salário para se sustentarem e, por isso, que serão ou não serão exploradas na retirada de uma mais-valia já no fundamento da produção social.

Somado a isso, outros dois motivos que Montão (2021) apresenta é que, primeiro, uma classe carrega *múltiplas identidades*, tal como o branco e o negro, o proletário e o profissional autônomo, não sendo apenas uma “identidade” (monocausística). E, segundo a *classe não é diferença*, é *contradição*. A “classe não pode ser tratada como uma “identidade” que está em oposição ao “diferente” [...]” (MONTÃO, 2021, p. 300). Há uma “contradição estrutural fundada não na diferença

ou na desigualdade (de riqueza ou patrimônio, de poder político, ou cultural subjetiva), mas na *exploração* da mais-valia produzida por um (o trabalhador) e apropriada por outro (o burguês)” (MONTANO, 2021, p. 301). Aqui, por exemplo, é uma tese bem específica sobre a relação de classe e raça e sua profundidade estrutural.

Ou seja, é central para o debate das classes médias entender que seus *modos de ser* são determinações que se saturam e devem levar como “central” a *relação de exploração e contradição*. A *exploração* é fundamental para a criação de uma classe que detém a mais-valia de outro que a produziu, configurando a contradição do seguinte modo: um produz o valor enquanto o outro a usurpa numa mesma (e ao mesmo tempo) relação social de exploração e antagonismo. O que, por sua vez, não se deva hierarquizar, secundarizar ou desqualificar a relação de *opressão, identidade e consciência*, sendo justamente o contrário para não cair nesse falso dilema de *classe versus identidade*. Isto é, é na sua unidade que devem passar do *abstrato* ao *concreto*, onde o abstrato guarda o concreto, que devem ser vistas como históricas, econômicas e enriquecidas de determinações categoriais as classes médias. Relações de opressão e exploração são interdependentes na classificação de classes sociais.

Haddad (1997) ao interpretar Ruy Fausto toma semelhante direção de todo esse debate ao tratar da *qualificação* das classes sociais e que potencializa este debate das classes médias. No que diz respeito aos níveis da *identidade, diferença e contradição* para a definição das classes sociais, ele analisa o seguinte. No primeiro nível, diz ele que Fausto ensina que a proposição para esse nível é a de que “o trabalhador assalariado é o possuidor da força de trabalho simples”. Essa proposição acontece no nível da *identidade*, onde o *predicado* corresponde ao *sujeito*, apresentando um *juízo de inerência*. Já num segundo nível, o da *diferença*, a proposição de exemplo é a de que o “trabalhador assalariado é o trabalhador qualificado”, em que o trabalhador já está definido e *pressuposto* para o nível da *diferença*, ao qual ele é *predicado e diferenciado* com os outros trabalhadores.

É preciso observar que Haddad (1997) nessa parte faz a devida distinção entre *contradição* e *contraditoriedade*, sendo a segunda uma simples oposição, não havendo uma contraditoriedade que expressa necessariamente desigualdades, e sim identidades – mesmo que a identidade também seja articulada ao debate da *contradição*, porém distinta. Nesse nível é possível dizer de uma contraditoriedade entre os trabalhadores, não uma contradição entre sujeitos predicados.

E, por último, no terceiro nível, o da *contradição*, ele termina dizendo que neste nível “[...] temos um enunciado que corresponde a um juízo do devir (embora não exprima um devir efetivo). Não só o sujeito é pressuposto e o predicado posto, mas o segundo contradiz o primeiro: ‘o trabalhador assalariado o manager’” (cf. Fausto, 1987, p. 228) (HADDAD, 1997, p. 99). Isto é, nesse terceiro nível há uma *contradição* entre o trabalhador *pressuposto como sujeito* (e conformado pelo capital como força de trabalho livre a ser explorada), e o *gerente (manager)* posto como *predicado*, com seu *trabalho qualificado* de assalariamento superior (também conformado pelo capital). Pois é preciso levar em conta que por mais que não pertencente às “grandes classes”, há outras contradições de classes. Ou seja, tudo isso além de evitar confusões conceituais, também expressa a complexidade das classes médias.

Nesse sentido, Cavalcante (2012) já diria que “a teoria marxista não só é compatível como, numa dimensão importante de análise social, exige que seja desenvolvida uma teoria das classes médias relacionada ao modo de produção capitalista” (CAVALCANTE, 2012, p. 15). Indo nessa direção de Cavalcante (2012), no estudo de Marx e restringido ao âmbito da *classe em si*, Fausto (1987) já estava analisando que as “classes menores” (em comparação às “classes maiores”) só podem dar aparentemente uma resposta *contraditória* (e não de simples oposição).

Para ele, as “classes menores” são e não são uma classe (aí a contradição), pois carregam uma *negação* com as *classes fundamentais*. Não são classes da produção, portanto dependem das classes definidas pela produção, carregando uma

negação fundamental. Por exemplo, acerca dos funcionários públicos, que são classes que dependem do Estado capitalista, “a “negação” é derivação e, por isso mesmo, carência nelas próprias de uma determinação fundamental” (FAUSTO, 1987, p. 242).

Também estudando Ruy Fausto, segundo Haddad (1997) para os *trabalhadores improdutivos exteriores à produção*, o “trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um “salário”, mas não a vende ao capital. Deste grupo fazem parte, basicamente, os assalariados do Estado e os domésticos” (HADDAD, 1997, p. 101), em que “o “salário” que estes trabalhadores recebem, na verdade, é o resultado de uma redistribuição dos rendimentos percebidos pelas três grandes classes do sistema” (HADDAD, 1997, p. 101). Conclui que embora sejam *assalariados*, os *trabalhadores improdutivos exteriores à produção* não pertencem à classe dos trabalhadores assalariados segundo esses critérios, de relações de produção.

Já os *trabalhadores improdutivos no interior do processo de produção*, isto é, os “[..] assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital, seja capital comercial, capital financeiro ou capital industrial (mas para executar tarefas comerciais ou financeiras)” (HADDAD, 1997, p. 101), apesar de serem *trabalhadores improdutivos*, “estes trabalhadores, pelo fato de o serem no interior da esfera do processo global de produção, fazem parte da classe dos trabalhadores assalariados. Seu rendimento deriva imediatamente das relações de produção” (HADDAD, 1997, p. 101). São estes, por exemplo, que concentrariam muitas teorias a respeito das classes médias.

Almada (2015) toma conclusões do mesmo tipo, baseadas nos conceitos de *produtivo/improdutivo*, em que conclui que:

[...] em primeiro lugar, poderiam ser consideradas, as classes médias, como classes trabalhadoras assalariadas de acordo com seu trabalho produtivo. Em segundo lugar, em termos de reprodução, as classes médias seriam aquelas que também disputam no mercado a apropriação de mais-valia gerada por outros processos produtivos, ou mesmo a produção de mais-valia relativa através de trabalho que não seria diretamente produtivo, mas que gera produção em outras escalas produtivas e que se beneficiam de uma circulação da mais-valia relativa (ALMADA, 2015, p. 27).

De todo modo, é sempre levado em conta o que Marx já reconhecia, de que ser trabalhador produtivo não é um caso de sorte, mas de infortúnio. Não se trata somente da questão de quem é mais ou menos explorado. A dinâmica ideológica atual reifica a ideia de que ser explorado em um emprego é bom.

Nada distante, todo esse debate de Haddad (1997), Fausto (1987) e Montão (2021) tem a ver com o conceito de trabalhador coletivo, como já introduzido. Este conceito no marxismo é aquele que discute de maneira privilegiada as possíveis diferenças e oposições do trabalhador intelectual e trabalhador manual e do trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo no trabalho coletivo.

É o conceito que partindo destas diferenças e oposições do trabalhador coletivo, pode definir a função, posição e tipo de trabalho das classes médias. Por exemplo, é aqui que se problematiza o lugar das burguesias em estarem como “reinentes” e as classes médias estarem executando as tarefas violentas de extração de mais-valia, mesmo elas mesmas entrando nesse circuito explorador como exploradas.

6 A importância do debate das classes médias no contexto do capitalismo pós-crise de 1970

É preciso evidenciar o debate das classes médias especialmente porque o capitalismo do pós-crise de 1970, que é mundial, monopolista, financeiro e acumula sucessivas crises, necessita para sua administração de uma nova morfologia de classes na esfera da circulação e administração do capital.

Isso porque se intensifica o problema da separação da concepção/organização do trabalho com a realização do capital muito presente na atualidade das Tecnologias da Comunicação e Informação (TCI) – dos aplicativos, *softwares*, digitalização, redes sociais, entre outras particularidades. Tão como se intensifica o problema da relação da produção e circulação de capitais no circuito do capital, quando, para um dado exemplo, começam a existir em grande escala a *produção* na esfera do *transporte*, em que desde Marx é possível confirmar como a indústria de transporte, mesmo sem produzir materialmente, acrescentava valor, concebendo a indústria em um sentido amplo (ANTUNES, 2018). Isto é, parte-se da noção da *ampliação da indústria* na esfera produtiva do circuito do capital. É o pressuposto de que a indústria não se encontra mais somente em sua configuração da tradicional fábrica fordista. Cada vez mais todas as esferas sociais se tornam potencialmente geradoras de mais-valor.

E, não menos importante, coloca-se a questão da simbiose do trabalho material e imaterial, físico e digital, *online* e *offline*, conforme Antunes (2018) nos traz em crítica à tese de que o *software* predominou frente ao *hardware*. O pós-crise de 1970 coloca mais significativamente o debate das classes médias nessa atmosfera conceitual.

De maneira semelhante também, para suas necessidades o capitalismo em crise precisa continuar a manter e reorganizar classes responsáveis pela vigia, disciplinamento e aplicação da violência por complexos mecanismos na extração de mais-valia das classes proletárias. É possível problematizar na luta de classes atual como as classes médias podem estar amortecendo os ataques diretos entre burguesias e proletariados. Isto é, é possível dizer sobre “paiz” entre as classes fundamentais devido ao engodo das classes médias?

Nesse ponto, como no que foi dito do conceito de trabalhador coletivo em Marx, as classes médias se inserem no questionamento das suas funções e aplicações na violência. Isto é, se torna importante questionar até que ponto o uso da força e da violência na luta de classes pelas classes médias é conservadora ou revolucionária (e suas compreensões). Esse problema é complicado porque um soldado recruta e proletariado da polícia militar ou civil pode cumprir a função semelhantemente ao membro de classe média. Mas aqui, entretanto, se trata dos seus níveis hierárquicos, funções específicas na política, economia, entre outras condições e determinações, que ultrapassam os limites do debate apenas do proletariado.

Na esfera política é relevante perguntar em que medida a luta por um assalariamento superior (via institucional, ou legal, entre outras) é taxativa, mesmo que isso seja representar os interesses da burguesia apenas em curto prazo e pouco mediatizada; mesmo também que isso seja falar de como trabalhadores são mais ou menos explorados para a definição de classes médias. Parece que essa direção permeia um caminho da classe para si, mas que ao mesmo tempo é bem mais complexo do que isso. Só que, de novo, até que ponto isso define as classes médias, visto que superior ou inferior o salário não ultrapassa a exploração capitalista?

O salário é o preço da força de trabalho a partir da indiferenciação do trabalho abstrato em igualar como justa a retirada de uma taxa de exploração de mais-valia. Isso atravessa o debate das classes médias, e não só as observando do ponto de vista de como contribuem ou não com as classes burguesas na extração da mais-valia em meio à luta de classes, mas sim de como chegam a ser capturadas ou não, por consenso ou coerção. E, sendo capturadas ou não, de como sofrem a exploração e violência para tanto. Por exemplo, o problema da pressão burguesa para seu endividamento geral, que tanto as consomem nas compras de seus enclaves sociais (individualizantes?) em carros, apartamentos e produtos de luxo – prefigurando a discussão da “mercadoria de luxo” em Marx.

Por conta do avanço do capital monopolista e financeiro, o pós-crise de 1970 demanda para sua agenda neoliberal pós-1980 uma intelectualidade orgânica que abra terreno ideopolítico para a entrada dos capitais e toda uma lógica material de

exploração e violência a ser também convencida socialmente (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; NETTO; BRAZ, 2012).

Isto é, no pós-crise de 1970 acaba existindo a demanda por uma intelectualidade orgânica à burguesia que responda aos seus interesses, não sendo necessariamente pertencente a elas. Essa necessidade de abertura de terreno por uma intelectualidade marca a defesa pela desregulamentação total do capital e trabalho do neoliberalismo. Seriam as classes médias a classe que reúne confortavelmente essa função?

Nesse cenário, complica-se ainda mais o problema das classes médias quando se identifica, *a priori*, que no capitalismo o nível da formação social e conjuntural, diferente do seu nível estrutural e fundamental, é tomado por uma dinâmica social concreta e cheia de determinantes igualmente concretos. Nesse nível da formação e conjuntura, ambienta-se uma dinâmica social concreta com indivíduos e grupos cristalizados em uma tendência à complexificação e multiplicação de classes. E que, por isso, é possível encontrar a relativa autonomia e identidade de grupos frente às classes fundamentais burguesia e proletariado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Isto é, estaria aqui as classes médias surgindo com sua negação fundamental? Em que medida sua identidade e autonomia de grupo se forma na reprodução do capital?

Dado esses níveis, os indivíduos e grupos que compõem o problema das classes médias, dentre todos seus modos de ser, podem se dividir em trabalhadores manuais e não-manuais na divisão sócio-técnica do trabalho com as transformações do desenvolvimento tecnológico e burocrático como possível taxaço. Por exemplo, podem se dividir entre administradores e realizadores do capital dentro do Estado capitalista e outros setores sociais. Podem se dividir também pela raça e o racismo da particularidade do capitalismo brasileiro, modo de produção e reprodução social que preserva intocada em sua estrutura uma divisão racial longa, efetiva e regular.

Nesse ponto, a divisão racial é indissolúvel para os problemas e demandas das classes médias, pois pode ser vista na contemporaneidade como uma categoria fortemente determinada, pulverizada e ampliada em todos os poros sociais do Brasil. Esta divisão pode ser vista cristalizada em classes que se formam na oposição do trabalhador não-manual, asséptico, valorizado, assalariado, superior e da raça branca, possivelmente saturando e formando classes médias brancas, em desigualdade com um trabalho manual, degradado, séptico, inferior e da raça negra, possivelmente saturando e formando classes proletárias negras, resultado do racismo no capitalismo.

Tal divisão que se concretiza é explicitamente mais visível em tempos que o recrudescimento do racismo é conduzido para o monopolismo avançar e agredir na atualidade. É oportuno de se identificar muitas frentes desse avanço com a expulsão de classes proletárias negras dos espaços urbanos (uma das expressões ainda em voga da Lei de Terras de 1850 e seu decorrer histórico excludente e cerceador), com o privilegiamento do Fundo Público e do urbano por populações brancas (MAIA, 2019; 2021) e com o avanço do barateamento da força de trabalho do proletariado negro. Por exemplo, é explicativo perguntar quais são as classes que vivem em favelas em detrimento das classes que vivem nos centros urbanos, na mesma direção de ser explicativo perguntar quais são seus empregos, renda e cargos.

Nesse sentido, é importante para o debate das classes médias alguns desafios da sua identidade. Isso porque estas classes geralmente não são taxadas mais corretamente por sua posição econômica e social com base na estrutura capitalista, e sim taxadas muito mais em um lugar ideológico contraditório, em um movimento de se opor e se aproximar às burguesias ideologicamente (CHAUÍ, 2013). Mas, como diria Montão (2021), as classes não são meramente ideológicas, é preciso enriquecê-las, cristaliza-las e satura-las de determinações diversas.

Esse desafio de identidade se problematiza por conta do amadurecimento das contradições capitalistas e a dificuldade das classes médias de enfrentar um esmagamento por dois lados do motor social. De um lado pelas extorsões do capital monopolizador, um problema atual e contundente do pós-crise de 1970 no Brasil; e,

por outro lado, pelas exigências por melhores condições e maior segurança existencial para as classes proletárias (SWEEZY, 1996). No primeiro, são extorquidas por cima; no segundo, pressionadas por baixo. Até que ponto, pois, as classes médias aguentam os estrangulamentos do capitalismo monopolista sem se desfazerem ou imporem sua particularidade como universal? Visto que pequenas oscilações econômicas e políticas as afetam diretamente com certa regularidade histórica, assim como seu confronto com as classes proletárias que reivindicam a organização de classe.

Como ver isso de modo minimamente relacional, levando em consideração o todo da luta de classes? Bem, não existiria burguesia sem existir proletariado, mas agora, não existiria burguesia sem existir classe média? Até porque a democracia dentro dos limites da sociabilidade burguesa permite pequenos ataques e concessões para dar seu verniz de segurança e de *mea culpa*, tal como a concessão da existência da classe média, uma condição existencial “custosa” de se manter.

Também se torna uma dificuldade teórica às classes médias quando é possível desconsiderar a técnica e a ciência (a contemporânea “tecnociência”) como definidoras de classe social. Isso porque é válido dizer que a ciência e a técnica são muito mais mecanismos de extração de mais-valia do que de emancipação de classe na atualidade *tech*. Muito embora haja uma grande complexidade nessa afirmação, pois a ciência e a técnica ao mesmo tempo que são usadas para a exploração do trabalho estão também reconfigurando o trabalho e as classes com suas inovações.

Contudo, se levada a premissa até aqui de que estes elementos emancipadores de classe só podem ser vistos de maneira unitária, concreta e dentro de uma totalidade, algo deve ser notado. A classe trabalhadora branca no Brasil historicamente tem um assalariamento superior em relação à classe trabalhadora negra. Como taxar isso sem considerar a tecnociência? A categoria raça e o racismo suportam sua explicação? A noção de *classe trabalhadora ampliada e múltipla* explica tal desigualdade tão longa, regular e efetiva na história da formação brasileira?

Trata-se de levar em conta como a criação da raça e do racismo e a manipulação ideológica do capitalismo contribuem muito em preservar a ideologia de que o salário é um valor justo pago ao trabalhador, mistificando a taxa de exploração por debaixo, e o barateamento da força de trabalho negra. Nisto, as classes médias são explicativas.

Assim, existe todo um grande panorama de categorias, conceitos e problemas para se pensar as classes médias na atualidade. Aqui se levantam algumas provocações e se apresenta um cenário de muitas perguntas, problemas e discussões. E que, de novo, ressalta-se a grande falta da fundamentação teórica para os problemas do gênero sexual, que, contudo, são pontuados a partir de Maia (2021).

Ressalta-se que o maior dos esforços do artigo foi o de reunir o máximo possível do debate das classes médias que se acha importante no recorte proposto, desde marxistas, weberianos e outros. A qualidade do esforço aqui foi mais de organização teórica do que de responder definitivamente algo sobre as classes médias. Assim, este artigo foi elaborado para ser criticado, revisto e usado como base para ser superado, mesmo que algumas afirmações e abordagens sejam conclusivas e interessadas.

Diante disso, então, é possível elaborar uma hipótese do panorama teórico e problemático exposto, a fim de apresentar algo mais sintetizado a ser criticado pelos pares interessados na temática.

7 Uma hipótese das classes médias no capitalismo brasileiro do pós-crise de 1970

Até o momento foram apresentados conceitos, categorias e problemas que foram sendo descritos, explicados e respondidos parcialmente na medida que foi sendo apresentado o conteúdo teórico. Agora, é importante apresentar uma hipótese que tente apresentar uma síntese que organize uma dimensão crítico-propositiva.

A hipótese a ser proposta é de que na luta de classes no capitalismo brasileiro do pós-crise de 1970 podem ser caracterizadas classes médias diversas circundando

a atmosfera objetiva e subjetiva das classes burguesas. Em que, não tão distante, apresentam de maneira contraditória e ambígua condições próprias.

Sentindo sua homogeneização com o proletariado e se mobilizando e indo às ruas sua última vez nos protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor em 1992, as classes médias protestam recentemente no momento da reviravolta liberal e conservadora nas *Jornadas de Junho de 2013* contra sua proletarização.

Estas classes estariam arraigadas no liberalismo e conservadorismo burguês, sobretudo organizadas por *aparelhos privados de hegemonia*, tal como nos institutos *think thanks*. É um liberalismo e conservadorismo burguês que suporta a defesa de um “reformismo fraco” de uma esquerda social-democrata.

Na luta de classes, as classes médias se superpresentam duplamente como a “face” das classes burguesas e o “sinal contrário” das classes proletárias (OLIVEIRA, 2003), mesmo sendo essencialmente classes trabalhadoras. Isto é, se superpresentam como a “face” das burguesias quando agem no Estado capitalista por elas, utilizam das suas ideologias e conservam seu *status quo* capitalista, ao mesmo tempo que isso significa o “sinal contrário” das classes proletárias ao negá-las, se distanciando da consciência e identidade sobre a sua exploração e violência junto com o proletariado⁸.

A hipótese é que são complexas, diferentes e múltiplas classes médias que pesam as classes trabalhadoras, sobrecarregando as classes proletárias de diversos modos, tal como na esfera política, ao não somar forças.

Podem ser vistas tão somente a partir da emersão de uma base de alienação histórica e em disputa, considerando que as classes médias são formadas em sua unidade com seus diversos modos de ser no capitalismo brasileiro. Dos seus modos de ser, apresentam tanto ideologias próprias como também defendem as burguesas.

Identifica-se para uma hipótese no capitalismo do pós-crise de 1970 classes médias de características tecnoburocratas, administradoras do Fundo Público e do funcionalismo público (alto e médio funcionalismo em desigualdade com os proletários do baixo funcionalismo), incluindo aí os militares (o oficialato de classe média em desigualdade com os praças de classes proletárias). Por outro lado, classes médias caracterizadas por serem funcionárias do capital financeiro, administradoras de juros e capital fictício (altos e médios aportes). Classes médias caracterizadas por serem intelectuais do liberalismo e conservadorismo burguês (exprimindo ideologias burguesas e próprias). E, por último, classes médias caracterizadas pela racialização dos trabalhadores em brancos e negros, onde no Brasil quanto mais brancos mais superiores na escalada social se posicionam.

Assim, é possível resgatar a ideia de que na fundação das classes sociais no capitalismo desde muito cedo a sociedade conheceu ao lado das classes fundamentais as classes intermediárias, sendo imprescindível a existência destas para “[...] a manutenção e desenvolvimento da exploração dos trabalhadores pelos seus senhores” (LESSA, 2007, p. 159).

⁸ Para a hipótese as classes médias podem surgir como “expressão da radicalização da separação entre produtores diretos e meios de produção, que o sistema capitalista desenvolvido leva ao limite mais extremo” (OLIVEIRA, 2003, p. 77). Primeiro, a “[...] unidade perdida é re-posta pelo capitalista mesmo, com a aplicação rigorosa das leis da re-produção ampliada” (OLIVEIRA, 2003, p. 77). Segundo, coloca-se nesta reposição alienada classes médias que “[...] sem burguesia, a presença que aparece é a dos que dirigem o processo técnico e social da produção” (OLIVEIRA, 2003, p. 78). E, terceiro, promove-se a reprodução ampliada do capital “qualificando” as classes médias na “des-especialização” das classes proletárias. Ao passo que no capitalismo se tira o proletariado dos seus meios de produção, recoloca por “importação” as classes médias do “dia para noite”, implantando uma divisão social do trabalho que, ao invés dos rostos das classes burguesas, aparecem os rostos das classes médias. Existindo, assim, uma “super-representação das classes médias, da burocracia e da tecnoburocracia” (OLIVEIRA, 2003, p. 79).

Essa ideia remonta na particularidade da formação social brasileira “[...] aos homens livres da ordem colonial e escravocrata e, posteriormente, aos quadros técnicos e administrativos das burocracias dos governos desenvolvimentistas e da grande empresa capitalista” (SAES, 1985 apud CAVALCANTE; ARIAS, 2019, p. 103).

Para o Brasil, é preciso concordar com Cavalcante (2020b) ao afirmar que “falar sobre as classes médias brasileiras é, ao mesmo tempo e necessariamente, discorrer sobre um capitalismo dependente, altamente desigual e excludente” (CAVALCANTE, 2020b, s/p). Que é formado, sobretudo, por uma “acumulação de riqueza baseados no trabalho escravo e que se moderniza no século XX sem alterações estruturais mais amplas [...]” (CAVALCANTE, 2020b, s/p).

Especialmente nessa forte afirmação de Cavalcante (2020b), para Maia (2019) “nenhum dos trabalhos mais recentes sobre as classes médias no Brasil parece ter conferido suficiente atenção à sua constituição racial” (MAIA, 2019, p. 258). A antropóloga ressalta que, como “largamente sabido, a estruturação das desigualdades sociais no Brasil foi um processo marcadamente racializado, tendo o fenótipo como marca fundamental para definir inclusão ou exclusão das posições sociais privilegiadas” (MAIA, 2019, p. 258).

Em toda a sua complexidade de taxaço pela classe e raça, para ela havia, junto com escravistas e escravos, “uma camada intermediária, de artesãos, burocratas, bacharéis e comerciantes de vários tipos, formada por negros libertos, por brancos e/ou pardos embranquecidos ou miscigenados. Esta população miscigenada era de difícil classificação” (MAIA, 2019, p. 258). Isto é, a autora dá atenção não apenas aos que se identificam como brancos e negros, mas também aos denominados *pardos*⁹, principalmente aos *pardos claros*, e também com o movimento de embranquecimento no Brasil¹⁰. Presta atenção, pois, na branquitude, no pertencimento e ascensão das classes médias a médias altas (estratos econômicos de renda AB), e “[...] nos mecanismos através dos quais a aproximação a uma identidade branca funciona como fator de distinção social e mobilidade socioeconômica (MAIA, 2019, p. 259).

Maia (2019) ressalta também o modo de ser do gênero sexual na constituição das classes médias, em que o sexismo é definidor destas classes como masculinistas. Isso porque a autora leva como determinante para o processo histórico de constituição da formação social brasileira que a maior parte da população vinda nas primeiras etapas de ocupação era constituída de homens. Resultou em encontros “extremamente desiguais e violentos, homens europeus se misturaram primeiro a mulheres indígenas e depois a africanas escravizadas, gerando uma prole altamente complexa em sua aparência física e lugar social” (MAIA, 2019, p. 258).

Assim, se ela resgata a raça e o gênero para a classe, Souza (2018) se baseia em Pierre Bourdieu e Max Weber e resgata o poder, a cultura e os estratos sociais. As classes sociais para ele são classificadas: no mais abaixo dos andares, os muito *precarizados*, a *ralé brasileira*, exposta intensamente à violência policial, exclusão, opressão e violência sistemática e estrutural. Acima, com mais condições de competir, mas também precarizados, os *batalhadores brasileiros*. Ambas essas classes são oprimidas diariamente, sobretudo, pelo *capital cultural* dos de cima, com “*baixa*

⁹ Os termos *pardo* e *mulato* são polêmicos. Concorda-se com Nascimento (1978) quando ele diz que o *mulato* para a escalada social e/ou para uma ponte étnico-racial na sociedade brasileira é equivalente ao negro para os problemas da “salvação da raça ariana”. Muito embora, o *mulato*, conforme o autor, é parte do objetivo da política do embranquecimento da raça e do Brasil em conjurar a “*democracia racial*” ou promover o “*salto civilizacional*”, entrando, com isso, em processo de *diferenciação* que promovia, muitas vezes, *desigualdades*.

¹⁰ Por ondas intensas de imigração, essa política se define por Nascimento (2016) pela continuidade do estupro generalizado das mulheres negras (colonização do útero), do genocídio fenotípico e cultural negro, do incentivo à imigração estrangeira branca ao Brasil e às “misturas das raças” (assim como a proliferação de diversas ideologias e “ciências” animalizantes) para a “superiorização branca brasileira” como um “salto civilizacional”.

autoestima”, “*baixa capacidade de concentração*” e “*baixa capacidade de autocontrole*”. Subindo a escala social, como uma pirâmide social, estão as *classes médias*, com um amálgama de capitais. E no topo os proprietários, chamados de a *elite do atraso* por Souza (2018) junto com a sua servil *classe média alta*.

Para Souza (2018, p. 21), a luta de classes trava-se no seguinte: “A alta classe média é o verdadeiro capataz representante, o real “capataz” que, por delegação, exerce a função de comando da sociedade em todos os níveis, mas em nome de uma ínfima elite de proprietários efetivos”. Logo abaixo da alta classe média, para o sociólogo está “[...] a massa da classe média perfaz o que se costuma denominar classe média baixa ou média – ou ainda, pelos critérios aproximados de renda, as chamadas classes A e B” (SOUZA, 2018, p. 21). Para ele, estas classes médias são uma população quantitativamente pequena, mas que é qualitativamente mandante e controlada pela elite econômica. Contudo, quantitativamente maior que as elites econômicas, apresentando uma vantagem de classe.

Ou seja, toda uma dimensão do *racial*, do *simbólico*, do *gênero*, do *intelectual*, do *poder* e do *cultural* que enriquecem a definição de classe.

Não menos importante, Cavalcante (2020c) pesquisa na atualidade, por um lado, as classes médias incorporando a tendência da financeirização e das atividades desenvolvidas por conta própria e rendendo ganhos elevados e estabilidade social. Por outro, “com a marca do aleatório, da instabilidade e da imprevisibilidade, perfazendo, para vários autores, novas tendências de proletarização” (CAVALCANTE, 2020c, p. 4).

Para Klaus (2001), as classes médias são definidas pelo capitalista e trabalhador. É “a exclusão das classes médias de uma relação de classe, sua existência como não-classe, que mostra ter poder explicativo em relação à ação coletiva” (KLAUS, 2001, p. 10). Assim, ele desenvolve sobre o *radicalismo das classes médias*, que é “explicado por sua tendência a evitar ser identificada com as classes baixas e seu fracasso em tornar-se uma classe dominante” (KLAUS, 2001, p. 10).

Já Porchmann (2015) observa que aquilo que se entende como “nova classe média brasileira” nos governos do PT se alterou pelo tempo diretamente articuladas com as transformações do capitalismo brasileiro por todo o século XX. Se alterou em seu “estado agrário”, em seu “estado de indústria” e em seu “estado de serviços”.

Em um primeiro momento Porchmann (2015) analisa que teríamos a “classe média assalariada” se diferenciando da “classe média tradicional” (atrelada à pequena e média propriedade e às transmissões intergeracionais). Esta primeira absorveria cargos e ocupações do fordismo (conjunto a industrialização pesada, a substituição de importações e o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek), do crescente Estado capitalista e sua administração do Fundo Público cada vez maior e, importantemente, da urbanização, que criava uma multiplicidade de serviços e mercados nacionais e internacionais. Já, em um segundo momento, teríamos o avanço neoliberal, de entrada do toyotismo (flexibilização da produção) e aquilo que se refere como desmaterialização da economia, com a hegemonização do setor de serviços e o forte deslocamento da manufatura para o polo asiático. O que, para Quadros (1996, p. 73), impõe “um complexo esforço de atualização conceitual” para as classes médias.

Contudo, Saes (2005), por exemplo, entende que mesmo com todas as transformações, a cada momento do capitalismo aqueles que “exercem uma atividade predominantemente mental, seja ela de caráter criativo ou reiterativo, tendem a invocar o prestígio social do “trabalho intelectual” para reivindicarem uma situação econômica e social superior à das classes trabalhadoras manuais” (SAES, 2005, p. 100).

Nesse esforço conceitual, a partir do marxismo é preciso pensar nos novos trabalhos que as novas tecnologias e suas relações produtivas estão impondo, do mesmo modo que é preciso pensar como as classes estão entrando no que se entende como *trabalhador coletivo*. As perguntas de quais trabalhadores estão entrando no *trabalho coletivo* e quais suas funções, tipos de trabalho, relações sociais e salários fazem parte de todo arcabouço do pós-1970.

Nesse período, sua nova norma de defesa ideopolítica e cultural, que se exhibe aberto e novamente, seria levada pelo acúmulo de mais de 30 anos de neoliberalismo mundializado no Brasil (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; NETTO; BRAZ, 2012). Apresentando, em meio a isto, uma nova aparência histórica, sociopolítica e ideológica das classes médias brasileiras e seu repensar nos marcos capitalistas.

Para Cardoso (2020a; 2020b), muitas das mobilizações sociopolíticas e ideológicas entre 2013 e 2015 foram os levantes políticos mais recentes das classes médias até o presente momento e não foi a primeira vez na história brasileira que se apresentaram às ruas como tática de participação política. Semelhantes ocorreram nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, em 1964; nos protestos de maio contra a Ditadura Militar, em 1968; no movimento pelas “Diretas Já”, em 1984; e nas mobilizações pelo *impeachment* de Fernando Collor, em 1992 (CARDOSO, 2020a).

Para o autor, existem três qualificações ideopolíticas importantes e em comum das classes médias nestas mobilizações: o *anti-igualitarismo* (rejeição a qualquer socialização das riquezas ou mudança estrutural, se resumindo a pautas muitas vezes moralistas), o *medo da proletarização* (tanto da “subida” do proletariado, quanto da “descida” ao proletariado, assim como, de igual maneira, a ambição de “subir à burguesia”) e a *anticorrupção* (criação burguesa que instrumentaliza as classes médias contra as formas populares, tal como o Partido dos Trabalhadores foi alvo histórico).

Da mesma maneira, foi apenas em 2013, dentre todas as potências ideológicas dos aparelhos de hegemonia burguesa expressas ambigualmente nas classes médias, que o “despotismo fabril e gerencial inerente ao capitalismo” foram às ruas organizadas enquanto projeto político, permanecendo a pauta anticorrupção como uma pauta histórica das classes médias (CAVALCANTE, 2020a).

Compondo ideologicamente isto, trava-se na conjuntura a criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT) e seus políticos (podendo incluir outros partidos de esquerda e ativistas sociais), que são tomados como “encarnações comunistas” (na ideologia do anticomunismo), “não merecedores” (na ideologia meritocrática) e que intentam contra as “regras do jogo” (na ideologia da isonomia legal e oportunidades iguais), que excedem um partido político e a análise conjuntural. A ideologia da anticorrupção, para uma noção mais concreta, é estabelecida fortemente nos projetos políticos promovendo a antipolítica e o anti-Estado no amálgama ideológico de que o Estado corrupto favorece seus aliados e corrompe o “natural”, “imparcial” e “justo” Mercado, antagonizando falsamente Estado e Mercado (CAVALCANTE, 2018). Essa noção acaba sendo incorporada particularmente nas classes médias.

Isso vai ao encontro de Junior (2016). Ele analisa a ideologia da anticorrupção como uma criação da própria burguesia que mantém uma relação ideológica de maneira ambivalente: ao mesmo tempo que lança a ideologia da anticorrupção para manter suas relações classistas, a teme se radicalizar contra sua hegemonia. No geral, para o autor, encarna-se em parcelas de classes médias a ideologia da anticorrupção em sua reciprocidade com a meritocracia e a supervalorização do trabalho não-manual, possibilitando a aproximação das classes médias com as burguesias. Isto é, acontece a cristalização da anticorrupção e da valorização do trabalho não-manual em oposição ao trabalho manual e da meritocracia, que formam um grande arcabouço que definem ideologicamente as classes médias, justificando/deformando salários e privilégios sociais sob a conservação e reprodução da sociabilidade burguesa.

Segundo Saes (2005), as classes médias, definidas por ele sobretudo em termos e critérios de trabalho manual e não-manual, defendem uma educação fora desse âmbito burguês, mas que usam de um complexo de ideologias para se distinguirem do trabalhador manual, usando do “prestígio do trabalho intelectual” para sua superioridade econômica e social em relação ao proletariado. Mas algo de notório nisso é que são as principais defensoras do “Mito da Escola Única” (SAES, 2005), que constrói a ideologia de uma educação que coexistem diferentes classes e independentes das suas condições objetivas, mas que ascendem socialmente pela

ideologia da meritocracia, do mais capaz e do dom. Nessa defesa, todos tem acesso à educação igual, mas apenas alguns se sobressaem, vencem e são escolhidos.

Estas classes médias têm no urbano seu espaço de reprodução, colocando suas demandas constantemente na relação do urbano com o Estado capitalista (OLIVEIRA, 2003). Estas demandas reafirmam as identidades, os interesses e as territorialidades das classes médias brancas e a branquitude na segregação socioespacial. Formam-se os “espaços de branquitude” em oposição às classes proletárias negras, em seus “espaços de negritude”, que elucidam a auto-segregação urbana nos enclaves fortificados e nos pactos narcísicos do racismo das classes médias brancas (MAIA, 2019; 2021). Exemplos disso são os condomínios fechados de alto valor como uma forma higienista de classismo e racismo, configurados pelas classes médias. Para Maia (2019; 2021), a auto-segregação em condomínios, *shopping centers* e aeroportos expulsa as populações de classes populares desses espaços onde o poder público pelo Estado capitalista deposita capitais e cria infraestrutura. Esse mesmo Estado cria novos centros financeiros e comerciais, possibilitando o que vem de fora se concentrar em espaços privilegiados, ao mesmo tempo que enfraquece o mercado interno. Por isso um apreço pelas mercadorias importadas e pela balança de comércio exterior, que não chegam para todas as classes. Para a defesa disso, as classes médias brancas participam de movimentos antidemocráticos e da defesa e manutenção de diversas formas de segregação racial a partir de 2013 (MAIA, 2019; 2021).

Para a hipótese um ponto de homogeneidade das classes médias é o fato de não estarem diretamente empregadas na linha de produção, não sendo classe que cumpre o papel da *realização do valor* da mercadoria, mesmo que, em todos esses casos, existam inflexões (aristocracia operária?). Como administradoras do Fundo Público, as classes médias na *distribuição da renda nacional* (que cabe aos trabalhadores) e da *mais-valia* (apropriada pelos capitalistas) estão em grande parte no setor econômico de serviços, e/ou intermediárias à produção e aos capitalistas, e/ou na divisão social do trabalho como secundária ou derivada à produção, se priorizando no assalariamento em detrimento das classes proletárias (NETTO; BRAZ, 2012; OLIVEIRA, 2003). Muitas vezes, detentoras privilegiadas dos *salários indiretos*.

Não só se apropriariam de uma renda superior, mas cumpririam funções e cargos para a burguesia, em que “[...] as funções do capitalista se alteram: ele se vê liberado das tarefas de supervisão, controle e gestão, que repassa a profissionais assalariados” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 126). Nisto as classes proletárias de trabalho manual entram em oposição com as classes médias não-manuais na repartição da renda nacional. Entre os trabalhadores, o poder técnico comandado pela burguesia se torna muitas vezes meio de descaracterizar os trabalhadores.

Haddad (1997) chega a afirmar para o caso da contradição entre o *gerente* e o *trabalho*, evidenciando conceitos importantes da definição das classes médias, “que a separação de função e propriedade do capital revelou-se tão-somente a forma “mais adequada” que potencializa o processo da sua reprodução ampliada” (HADDAD, 1997, p. 99). Isto é, o *gerente* está na função de exploração de maneira contraditória, pois é trabalhador, e é trabalhador que se aproxima do capitalista.

Mas é teoricamente perigoso ampliar o conceito de burguesia. Entre o *gerente* ser um trabalhador explorado e um trabalhador assalariado por um trabalho qualificado, de todas as propostas pouco convergentes abre-se a questão sobre a *propriedade e função do capital*. Mas também é entendida sua contradição, ao passo que é explorado e se apropria do trabalho alheio, perto e distante das “grandes classes”.

Dessa maneira, apresenta-se uma hipótese das classes médias a partir das novas necessidades da contradição Capital-Trabalho do pós-crise de 1970. Essa fase centraliza e concentra em monopólios oligopolísticos de capitais sua administração de ações, seguros, títulos, cotas de investimento, fundos (públicos e privados) financeiros e do Fundo Público por classes médias caracterizadas como tecnoburocratas e *tradings*, representando objetiva ou subjetivamente a hegemonia burguesa. Nesse

sentido, as burguesias serão representadas e tendencialmente vão se tornando proprietárias quase que “puras”, desvinculadas das frentes de lutas e da administração do capital (NETTO; BRAZ, 2012), onde aparece a face das classes médias.

Na dimensão ideológica, essa lógica tecnoburocrática que se caracteriza de maneira burocrática e formalista é de intensa aversão à vida nas ruas e do trabalho manual. Isto é, é avessa às classes proletárias e de cultura popular.

Não distante, a financeirização pós-1980 do capital no Brasil demandam classes médias administradoras do capital financeiro em uma “indústria ampliada”. Estes administradores promoverão os ajustes organizacionais e físicos da hegemonia financeira, visto que sua fase de crise demanda por uma predominância de funcionários das finanças na *esfera da circulação* em negação da *esfera produtiva*.

Sob a qual também avança a agenda neoliberal brasileira pós-1980, que marca a defesa pela desregulamentação total do capital sobre o trabalho (terceirização, privatização, flexibilização, desnacionalização, securitização, entre outros) por uma intelectualidade orgânica das classes burguesas de *thinks tanks*¹¹ e *chicago boys*¹² de características de classes médias, abrindo terreno ideopolítico para a entrada dos capitais. Sua expressão concreta é a expansão do aparelhamento privado da burguesia no Estado brasileiro a partir de 1980 e sua captura imperialista pela hegemonia norte-americana em relações interestadas, que arrola o encobertamento em seu seio ideopolítico o rebatimento da depressão de 2007-2008.

Nesse cenário, os interesses das classes médias se divergem na luta de classes entre burguesias nacional desenvolvimentistas e industriais em uma histórica oposição à aliança de burguesias latifundiárias, agro-exportadoras e financeiras no Brasil. Luta de classe estas, por exemplo, que grupos de classes médias do alto e médio funcionalismo público entram em oposição contra grupos de classes médias administradoras do juro e capital fictício pela forma do Estado maior ou menor. Nisto, assinala-se que mais ou menos distantes das classes proletárias e classes burguesas, as classes médias se objetivam e subjetivam com autonomia relativa.

8 Considerações Finais

Com base no que se encontra em muitas correntes particulares do marxismo de que as classes médias são essencialmente classes trabalhadoras, necessitando vender sua força de trabalho para se inserir no capitalismo, o artigo apresenta alguns problemas os quais dentre eles indaga sobre a existência das classes médias que não se juntam organicamente e regularmente no proletariado e burguesia.

¹¹ Remetendo-se a um forte aparelhamento institucional e ideológico para produção de conhecimento intelectual, configurado nas formas neoliberais, ultraliberais e até de extrema-direita, tal como o Atlas Network: “No Brasil os associados são ao Atlas Network são: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, do Rio; Estudantes pela Liberdade, de Belo Horizonte; Instituto de Estudos Empresariais, Porto Alegre; Instituto de Formação de Líderes, de Belo Horizonte; Instituto Liberal, do Rio; Instituto Liberdade, de Porto Alegre; Instituto Ludwig Von Mises Brasil, de São Paulo; Instituto Millenium, do Rio; e o Instituto Ordem Livre, de Petrópolis (RJ). Além destes, no próprio site do Atlas existe a informação de que membros do “Movimento Brasil Livre” teriam passado por seu “programa de treinamento”, denotando como se constitui uma sofisticada rede de recrutamento e formação dessa militância ultraliberal” (MELO, 2015, p. 11).

¹² Sujeitos inspirados na tradição dos economistas formados na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, considerada um grande centro de estudo do liberalismo econômico moderno, especialmente pela extrema-direita brasileira. Sua tradição se conecta fortemente a Escola Austríaca, tal como Carl Menger, Milton Friedman e Friedrich Hayek. No Brasil, a grande figura que se encarna é um membro da burguesia financeira, o capitalista e ex-ministro da economia Paulo Guedes, tão como grande parte da sua equipe econômica. Em termos de classes médias, podemos nos referir a muitos jornalistas e formadores de opinião do grupo da Jovem Pan e do Atlas Network, remanescentes ou não.

Tem-se, por fim, que isso é muito problemático para o marxismo, e que muitas vezes se articula com outras tradições teóricas para suas respostas. Os problemas que as classes médias sintetizam são diversos: *trabalho produtivo e improdutivo, manual e não-manual e material e imaterial*. Dentro disso, o problema da *interioridade e exterioridade no e do sistema capitalista*. Complicam-se suas tendências a *proletarização, medianização e aburguesamento*; e suas lutas de classe (por exemplo, sua cooptação pelas classes burguesas).

Os novos adventos tecnológicos se tornam um problema em sua modificação das classes e do trabalho, pois inserem novas atividades, funções, instrumentos e tecnologias nas relações sociais e produtivas. No mais, existem os problemas dos movimentos sociais de rua para a relação das classes médias com o marxismo, em que é possível estudar suas mobilizações, ideologias, pautas, interesses, táticas e organizações.

Para isso, leva-se como fundamental para o estudo e problematização das classes médias sua unidade racial, técnica, cultural, histórica, territorial e ideológica, que são modos de ser indissolúveis da produção e reprodução capitalista, sobretudo quando se trata da particularidade brasileira e sua formação de classes e raças sociais. E, dito isso, apresenta-se uma hipótese como resposta, que é uma tentativa de propor classes médias brasileiras do pós-crise de 1970 a serem debatidas e criticadas.

Nesse sentido, apresenta-se a noção teórica de alienação tanto estrutural como da formação social no Brasil. Estes níveis são compostos por uma tendência à complexificação e multiplicação de classes sociais com consciências igualmente alienadas. Em que o pós-crise de 1970 monopolista, hegemonicamente financeiro e de acúmulo de crises, surge com algumas necessidades no seio e como expressão da contradição Capital-Trabalho.

Surge com as necessidades: de uma nova configuração de classes na esfera da circulação e administração do capital; de continuar a manter e reorganizar classes responsáveis pela aplicação da violência para extração de mais-valia das classes proletárias, estas que sustentam essencialmente a produção da vida no capitalismo; e de uma demanda para sua agenda neoliberal pós-1980, produzindo novas vestes a velhas ideologias. Assim como, de igual forma, a necessidade de reproduzir o alto grau de desigualdade e exclusão do capitalismo contemporâneo, formado por uma acumulação de riqueza baseada no trabalho escravo e que se constitui plenamente sem alterações estruturais, em que raça, território e divisão sócio-técnica do trabalho são categorias importantes a se pensar.

Referências

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. **O problema das classes médias e as perspectivas a partir do marxismo**. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/qt/qt03/9457-o-problema-das-classes-medias-e-as-perspectivas-a-partir-do-marxismo/file>. Acessado em: 19 jan 2023.

ALMEIDA, Silva. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte II**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>. Acessado em: 04 mai 2023.

CARDOSO, Adalberto. **Classes médias e política no Brasil: 1922 – 2016**. Rio de Janeiro: FGV, 2020a.

CARDOSO, Adalberto. **À beira do abismo**: uma sociologia política do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Amazon, 2020b.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. **Classes médias no Brasil**: Do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, n. 4, pp. 977-1023, 2017.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado**. Crítica Marxista, nº 28, p. 127-142, 2009.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista**: Um estudo a partir do debate marxista. [2012]. Campinas: Unicamp-ICFH.

_____. **Classe média, meritocracia e corrupção**. n. 46. p. 103-125. Campinas: Crítica marxista, 2018.

_____. **Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Revista Crítica Marxista, 2020a, n.50, p.121-130.

_____. **Os limites de uma classe média arraigada ao conservadorismo liberal**. Entrevista. Campinas: Instituto Humanitas, 2020b.

_____. **Reflexões sobre as “classes médias” no capitalismo contemporâneo**. Publicado em 2020c. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalhoret2010/savio_cavalcante_reflexoes_sobre_as_classes_medias_no_capitalismo_contemporaneo.pdf. Acessado em: 26 jun 2021.

CAVALCANTE, Sávio Machado; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFFARTIGUE, Paul; et al. **O Brasil e a França na mundialização neoliberal**. São Paulo: Alameda, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Uma nova classe trabalhadora**. Carta Maior (2013). Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editora/Política/Uma-nova-classe-trabalhadora/4/28062>>. Acessado em: 22 mai 2018.

EDER, Klaus. **A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais?** Uma teoria do radicalismo da classe média. R.B.C.S., vol. 16, nº 46, jun., 2001.

FAUSTO, Ruy. **Marx**: Lógica e Política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

G1-SP. **TJ nega habeas corpus a mulher que furtou Coca-Cola, Miojo e suco em pó de supermercado na Zona Sul de SP**. Disponível: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/08/tj-nega-habeas-corpus-a-mulher-que-furtou-coca-cola-miojo-e-suco-em-po-de-supermercado-na-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acessado em: 23 jan 2023.

HADDAD, Fernando. **Trabalho e classes sociais**. Tempo Social; Revista Sociologia USP, São Paulo, 9(2): 97-123, out. de 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JUNIOR, Arnaldo Boito. **Lava-jato, classe média e burocracia de Estado**. Princípios, São Paulo, n. 142, jul. 2016. p. 29-34

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MAIA, Suzana Moura. **Espaços de branquitude**: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia. Revista de Ciências Sociais, v.9, nº 1, p. 253-282, 2019.

MAIA, Suzana Moura. **Branquitude, classe, gênero e política**: engendrando o corpo neoliberal. Università di Bologna, Confluenze, vol. XIII, n. 1, p. 56-76, 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, Demian Bezerra. **A direita ganha às ruas**: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **“Identidade” e classe social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Cortez: São Paulo, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. **A nova classe média**: O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: Classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2015.

QUADROS, Waldir. A reestruturação das empresas e o emprego das classes médias. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

QUADROS, Waldir. **A crise da classe média pré-pandemia (2015-2019)**. Campinas: Unicamp, 2021.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Classe média e escola capitalista**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005, p.97-112.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Dossiê**: mobilizações, protestos e revoluções. Scielo: Novos Estudos, 2013.

SWEEZY, Paul Malor. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista Princípios de Economia Política Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.